FÓRUM POPULAR DE MULHERES AGUAFRIENSE
4ª edição

Equidade de Gênero e Mudanças Climáticas

CARTA ABERTA

Registro de Imagem: John Nunes, 13/07/2024.

CARTA ABERTA A BAHIA E AO BRASIL SOBRE
Equidade de Gênero e Mudanças Climáticas

Hoje, as mudanças climáticas são um dos maiores desafios no mundo, impactando de forma gradual e intensa os territórios, principalmente os municípios de pequeno porte.

Os diagnósticos brasileiros, nos indicam aumento da temperatura e desastres ambientais em uma boa parte das regiões, que traz consequências desastrosas na cultura, economia, bem-estar da população, meio ambiente, em termos de saúde, infraestrutura, segurança alimentar e violências, comprometendo de forma irreversível.

Sobre a equidade de gênero, considerando que, a despeito da crescente participação de mulheres no âmbito do sistema social e institucional, ainda persistem iniquidades institucionais e nas relações

de participação social e que tal persistência é contrária ao ordenamento constitucional democrático.

Portando, a 4ª Edição do Fórum Popular de Mulheres Aguafriense, realizado no Anexo do Colégio Estadual de Água Fria, em Pataíba, município de Água Fria, interior da Bahia, refletiu e debateu sobre o tema — Equidade de Gênero e Mudanças, compreendo as especificidades dos territórios e as realidades das mulheres impactadas com os efeitos destas mudanças.

Os desafios e trajetórias fazem parte da luta de muitas mulheres para frear os impactos e mudanças do clima em seus territórios, sem mecanismos ou políticas de fortalecimento de proteção, ou desenvolvimento sustentável.

Assim, nós, sagnitárias deste fórum e desta carta, apresentamos as seguintes propostas, em âmbitos municipais, estaduais e nacional, para um sistema estável e previsível de governança com um olhar nas questões de equidade de gênero e mudanças climáticas.

Considerando a necessidade de referendar estratégias de fortalecimento e efetivação, vem, através deste documento, firmar o compromisso, levando ao conhecimento do público e das autoridades competentes as seguintes ações prioritárias:

Protagonismos das mulheres na política e no Clima

- Que os municípios, estados e governo federal fomentem e potencializem a participação social das lideranças mulheres em seus territórios para a luta e defesa do clima e direitos humanos, principalmente nos espaços políticos (legislativo, executivo e participação social);

- Que os municípios, estados e governo federal criem e/ou fomentem o fortalecimento dos conselhos dos direitos da mulher no território brasileiro.

Economia

- Que os municípios, estados e governo federal junto à sociedade civil e aos setores de atuação da economia, no esforço de compreensão dos impactos das mudanças climáticas nas regiões e das respectivas ações de adaptação para frear as consequências nos respectivos municípios de grande e pequeno porte, gerando novos mecanismos para fortalecimento econômico e conservação do meio ambiente;

- Que os municípios, estados e governo federal invistam na agricultura familiar e processos agroecológicos com viés em proteger o meio ambiente e desenvolvimentos sustentáveis;

- Que os municípios, estados e governo federal promovam o empreendedorismo e a capacitação de mulheres, como indutores para o emprego, trabalho e renda, transversalizando com a sustentabilidade;

- Que os municípios, estados e governo federal fortaleçam a economia criativa, solidária e sustentável como alternativa de engajar novos formatos para promover a equidade de gênero e resiliência ambiental.

Cultura

- Que estados, em específico a Bahia, e governo federal fomentem os princípios de colaboração, produção e atuação cultural com transversalidade de proteção ambiental e com equidade de gênero em todos os municípios do estado da Bahia e do país;

- Que os municípios, estados e governo federal criem ou ampliem os programas de participação das mulheres nos espaços de construção democráticas para o fomento das políticas culturais, como os conselhos, fóruns e comitês;

- Que os municípios, estados e governo federal fomentem a valorização das culturas tradicionais, populares e quilombolas para o fortalecimento da equidade de gênero, principalmente o artesanato e a gastronomia.

Saneamento Básico e Saúde

- Que os municípios, estados e governo federal ampliem a efetivação de ações de saneamento básico para a prevenção de doenças e de agravos à saúde e com proteção do meio ambiente;

- Que os municípios, estados e governo federal ampliem a atenção em saúde voltados às crianças neurotípicas, o combate a violência obstétrica, a saúde mental da mulher, a saúde da população negra, etc.;

- Que os municípios, estados e governo federal ampliem promova um programa mais eficaz para acesso à água potável e de qualidade, com o foco na melhoria e qualidade de vida dando ênfase na equidade de gênero;

- Que os municípios, estados e governo federal ampliem os programas, ações e organismo governamentais no combate à violência contra as mulheres;

- Que os estados e governo federal ampliem as delegacias da mulher para o fortalecimento da segurança pública e

acolhimento/proteção das mulheres que sofrem violências nos municípios de pequeno porte.

Políticas e ações do Clima

- Que os municípios, estados e governo federal fomentem o desenvolvimento dos Planos de Estratégias de Mudanças climáticas nos municípios de grande e pequeno porte como mecanismo de enfrentamento aos desastres e degradação do meio ambiente, com recorte nas questões de equidade de gênero;

- Que os municípios, estados e governo federal estabeleçam e implementem uma estratégia de adaptação do país às mudanças climáticas e principalmente a violências ambientais que reverberam sobre as mulheres;

- Que os municípios, estados e governo federal desenvolvam e/ou ampliem a fiscalização e controle no uso de agrotóxico, em específico em áreas quilombolas, povos tradicionais e assentados, que estão sendo atingidos pelo uso descontrolado desses produtos;

- Que os municípios, estados e governo federal promovam novas políticas públicas de drenagens da chuva e desastre ambientais para municípios de pequeno porte, com um olhar na diminuição dos impactos causados principalmente para as mulheres;

- Que os municípios, estados e governo federal ampliem as ações de preservação e conservação da caatinga em municípios de pequeno porte na Bahia e no Nordeste;

- Que os municípios, estados e governo federal fortaleçam os conselhos de meio ambiente e mudanças climáticas com a participação da sociedade civil, com recorte a participação de

mulheres, para potencializar a defesa do clima e diminuir os impactos gerados para o agravamento da destruição natural causada pelo avanço da globalização e da política capitalista.

Contudo, em nossa intervenção com esta carta aberta, vem lembrar de um cenário de desigualdade de gênero e impactos relevantes negativos nos territórios que estas mulheres vivem, com as consequências das mudanças climáticas e desastres ambientais.

Assim, entendemos que com esse instrumento em liberdade de expressão e pedido popular aos nossos governantes junto a intervenção da sociedade civil, em específico as mulheres, absorva esta carta aberta - como referencial em defesa do clima e equidade, nos últimos tempos de grandes mudanças climáticas em todo território brasileiro.

Concluímos, que promover a equidade de gênero num contexto da crise climática, é um dos maiores desafios e desigualdades globais do século.

Fórum Popular de Mulheres Aguafriense, 13 de Julho de 2024.
Pataíba, Água Fria — Bahia.

***Carta originada no fórum, assinada e comprovada na lista de presença, por todas as mulheres que participaram dos painéis norteadores.**